



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SINOPSE ESTATÍSTICA
do
MUNICÍPIO DE NITERÓI
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aspectos Históricos e Geográficos.
Alguns Resultados Estatísticos — 1945.
Principais Resultados Censitários — I-IX-1940.
Estatísticas dos Municípios das Capitais — 1944/1946.

RIO DE JANEIRO

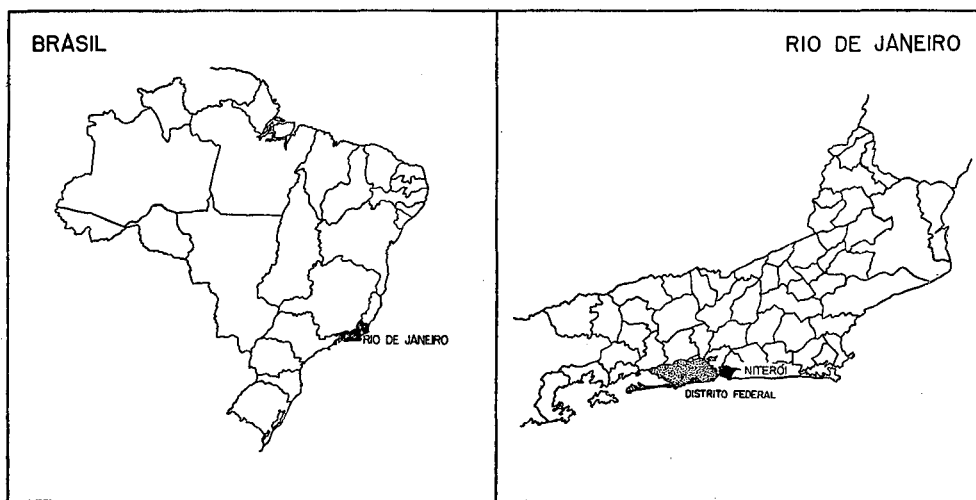
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 9 4 8

MUNICÍPIO DE NITERÓI

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ÁREA, POPULAÇÃO e POSIÇÃO



ÁREA

(calculada para 31-XII-1945)

do Município 135 km²
do Estado 41 666 km²
% sôbre o total do Estado: 0,32

POPULAÇÃO

(estimada para 31-XII-1945)

do Município 163 407 hab.
do Estado 2 069 452 hab.
% sôbre o total do Estado: 7,90

POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 22°53'46"

Longitude: W. Gr. 43°07'13"



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
--------------------	-----

I PARTE

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Evolução Social	3
Evolução Política	15
Distritos Componentes	16
Descrição do Território	16

II PARTE

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

Produção	21
Transportes	21
Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos	22
Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais	22
Assistência Médico-Sanitária	22
Ensino Primário Fundamental Comum	22
Bibliotecas, Periódicos e Diversões	22
Representações dos Estabelecimentos de Crédito	23
Finanças Municipais	23

III PARTE

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

Censo Demográfico	27
Censo Agrícola	29

IV PARTE

Estatísticas dos Municípios das Capitais — 1944/1946	33
--	----



APRESENTAÇÃO

É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.

A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por esse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O plano em causa abrangerá, em princípio, um conjunto de 1 669 Sinopses,¹ organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É um trabalho de vulto que deve ser visto como a síntese do esforço empreendido por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional, com objetivos comuns. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.

Empreendimento de largas proporções, ressentido-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.

De acordo com o plano geral estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.

A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre os autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Nesse particular, será acolhida com o maior interesse, por parte do I.B.G.E., toda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores

¹ Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esboço histórico e o panorama geográfico de cada Município brasileiro.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que figuram dados periodicamente divulgados no "Boletim Estatístico" editado pelo I.B.G.E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais". Os elementos nelas apresentados abrangem o triênio 1944-1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I.B.G.E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos municípios em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

CONVENÇÕES

%	Os números percentuais que figuram neste volume se referem à relação existente entre os resultados do Município e os do Estado.
...	O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.
—	O fenômeno não existe.
0 — 0,0 — 0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte

Aspectos Históricos e Geográficos

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

EVOLUÇÃO SOCIAL

LUIZ PALMIER

escreveu especialmente para a Sinopse Estatística do Município de Niterói.

Foi sempre das mais destacadas a posição de Niterói nos fastos da nossa História.

A vasta região às margens da Guanabara, a antiga Niterói dos Tamoios, que habitavam estas mesmas paragens, de esplendores por todos proclamados, desde as mais remotas eras, está limitada, no Município de Niterói, a uma área de 135 quilômetros quadrados (qüinqüênio 1944-1948).

As maravilhas e encantos maiores da natureza, assim tão pródigas nestas plagas, estão distribuídas pelas praias incomparáveis e os montes circundantes, bem como pelos vales, outrora dominados pelas plantações de cana-de-açúcar e cereais, hoje ocupados pelas avenidas, praças, ruas e outros logradouros, todos habitados e ainda mais embelezados, tornando assim, êsse conjunto paisagístico urbano, uma das mais belas, aprazíveis, progressistas e atraentes das metrópoles do Brasil e das Américas — a cidade de Niterói.

*

Os Tamoios foram, primitivamente, os únicos possuidores dessas terras, assim encantadoras e dominadoras; também seriam os legítimos defensores dos territórios marginais da Guanabara. Êsses, os primitivos povoadores, foram surpreendidos pelos primeiros conquistadores, portugueses e franceses, que lutariam pela posse da terra descoberta.

Foi assim desde janeiro de 1502, quando a expedição de André Gonçalves aportou à Guanabara, julgando ancorar na foz de um grande rio que recebeu o nome de Janeiro — o do mês da descoberta. Os ameríndios tomaram partido e foram despojados dos seus preciosos tesouros pelos portugueses, cúmplices com a tribo inimiga, chefiada pelo “cobra feroz” — o Araribóia.

As principais batalhas foram travadas nas margens cariocas da formosa baía, e somente das últimas refregas seriam cenário, empolgante e arrebatador, as praias circunvizinhas da “Praia Grande”, na “Banda d’Além”, proximidades das “Barreiras Vermelhas”.

Seriam êsses chãos os que também deveriam constituir o prêmio maior, recompensa segura e valiosa para as atividades guerreiras dos valentes Tupiminós.

Com a divisão do Brasil em Capitânias Hereditárias, as terras marginais da Guanabara integrariam o grandioso legado de Martin Afonso de Sousa, nome também pelo qual foi mais tarde batizado o cacique Araribóia.

Empolgado pelos vastos domínios em terras do Brasil, tal a extensão da Capitania de São Vivente, dedicou-se mais o fidalgo luso ao patrimônio representado por São Paulo, onde foi fundada, na ilha de São Vicente, a primeira cidade brasileira.

O Rio de Janeiro tornou-se presa fácil dos aventureiros que, após a descoberta de Cabral, excursionariam pelo Atlântico-Sul.

Os franceses foram dos primeiros a instalarem-se nas ilhas e mesmo em terras do continente.

Não foi fácil a empresa hercúlea de desalojá-los. A "França-Antártica", idealizada pelos expedicionários, dessa origem, deixaria, entretanto, de ser uma realidade, graças, somente, ao heroísmo de Estácio de Sá e à tenacidade de Mem de Sá, com a ajuda preciosa das hostes de Araribóia.

*

A história antiga de Niterói é contemporânea da vitória dos portugueses.

A sesmaria do Dr. Antônio de Mariz ou Marins Coutinho, Provedor da Fazenda Real no Rio de Janeiro, bem como as de Pero Martins Namorado e José Adorno, incorporando as terras de São Lourenço e Carai (Icaraí), doadas em 1560 e 1565, jaziam ainda semi-abandonadas, quando se processou a desistência do fidalgo português e sua mulher Isabel Velho para formar o patrimônio de Araribóia e sua gente. Era esta sesmaria constituída de "todo o terreno, desde as primeiras barreiras vermelhas, correndo ao longo da baía acima, caminho do norte até completar uma légua de terras e duas léguas para o sertão". Começava, na realidade, em Gragoatá e rumava até Maruí, onde tinha início outra sesmaria; a doação por Mem de Sá tornou-se efetiva a 16 de março de 1568, sendo a posse solene, com a presença do Governador Cristóvão de Barros, realizada em 22 de novembro de 1573.

É a data maior de Niterói, considerada feriado municipal e ainda solenemente comemorada todos os anos, mesmo em detrimento da efeméride de 10 de maio, quando, em 1819, verificou-se a emancipação política da Vila Real da Praia Grande.

Instalou-se Araribóia, com a sua tribo, na encosta do morro de São Lourenço, onde foram construídas as primitivas choupanas e igualmente uma capela — a primeira edificada em Niterói. Com o tempo desenvolveu-se a aldeia; aumentaria, rapidamente, o número dos casebres, mantendo os índios pequenas roças de milho e de mandioca, ao lado de incipiente indústria de cerâmicas. Eram os ameríndios assistidos pelos jesuítas e pelas autoridades, e a aldeia aos poucos prosperava.

Não tardou muito que as terras da sesmaria fôsem dadas em aforamento aos aventureiros que procuravam usurpar a propriedade dos Tupiminós.

A morte de Araribóia, segundo Varnhagen, em 1587, devia agravar a situação aflitiva dos homens da aldeia de São Lourenço, cujas terras conti-

nuavam a ser invadidas por exploradores, proporcionando demandas de grande duração e suscitando dúvidas, algumas prolongadas através dos séculos. O aldeamento foi extinto em 26 de janeiro de 1866 pelo Governo da Província, tal a situação de decadência.

A igreja do morro de São Lourenço, que substituiu a primitiva capela, ainda resistindo às intempéries, é o principal monumento da cidade e está incorporada ao nosso Patrimônio Histórico.

*

A decadência da sede da aldeia de São Lourenço contrastava com a prosperidade das demais regiões das diversas sesmarias, para onde legiões de imigrantes eram atraídas pela fertilidade das terras e as múltiplas facilidades proporcionadas pela proximidade da Guanabara e ainda da cidade do Rio de Janeiro. Surgiram, em curto prazo, povoações diversas na Praia Grande, em Icaraí, Maruí, São Domingos, São Gonçalo, São Francisco, Jurujuba, Itaipu e outras localidades, ao mesmo tempo que aumentavam as lavouras e pequenas indústrias nas múltiplas propriedades em que também se multiplicavam as sesmarias.

As capelas distribuídas por êsses territórios, já habitados por colonos portugueses e por escravos em grande número, davam demonstração cabal do progresso alcançado por todos êsses núcleos populosos; em breve algumas delas seriam as sedes das novas freguesias das margens da Guanabara.

*

Desde as praias atlânticas, em Piratininga e Itapuig ou Itaipu, até as margens do Guaxindiba, foram edificadas, nos séculos XVII e XVIII, muitas e muitas capelas; as de São Gonçalo, São João Batista de Icaraí e São Sebastião de Itaipu, foram sedes das freguesias, criadas respectivamente em 10 de fevereiro de 1647, 18 de janeiro de 1696 e 12 de janeiro de 1755.

Entre outras de menor importância, na região das futuras freguesias, foram edificadas as capelas de São Lourenço, reconstruída em 1767; São João, em 1660; N. S. das Necessidades, próxima à de São João, construída em 1743; N. S. da Conceição, por Antônio Corrêa Pina, existindo desde 1663; São Domingos, por Domingos de Araujo, em 1652; N. S. da Boa Viagem, por Diogo Carvalho da Fontoura, já existente em 1663; N. S. da Conceição, na ilha de mesmo nome, por Manuel Rodrigues de Figueiredo, em virtude da Provisão de 16 de julho de 1711; N. S. da Conceição, em Jurujuba, pelo padre Manuel Rodrigues; São Francisco Xavier, pelos padres jesuítas, na fazenda de propriedade dos mesmos, existindo desde 1696; São Pedro, em Maruí, por José Pereira Correia e seu irmão Francisco Vitoriano Pereira, com Provisão de 17 de agosto de 1751; Santa Rosa, por Provisão do Bispo D. Francisco de São Jerônimo, pelo Capitão Pedro Barreiros de Sousa; N. S. da Conceição, em Pendotiba, pela Provisão de 12 de janeiro de 1787, por José Fernandes de Sousa; Santana, com Provisão de 30 de dezembro de 1732, por João Martins Brito; Santo Inácio, no sítio da Armação das Baleias, por José Joa-

quim do Cabo e João Marcos Vieira, tôdas na freguesia de São João Batista de Carai; São Gonçalo, em 1644, por Gonçalo Gonçalves, em Guaxindiba, transferida mais tarde para as margens do Imboaçu; N. S. da Luz, em Itaoca, pelo Capitão Francisco Dias da Luz, em 1647; N. S. da Esperança, em 1710, por Gregório Dutra, em Ipiiba; N. S. do Rosário, no Engenho Pequeno, reconstruída pelo Capitão Miguel Frias Vasconcelos; Santana, em Pachecos, por Francisco Ferreira Dorlando, em 1713, reconstruída por João Pacheco Pereira, com Provisão de 27 de abril de 1750; Santíssima Trindade, na fazenda da Trindade, em 1729, renovada por Provisão de 21 de fevereiro de 1774; Santana, em Colubandê; N. S. do Destêrro, em Piiba ou Ipiiba Grande, por Domingos Pais Pereira, com Provisão de 12 de janeiro de 1737; São Tomé, na ilha dos Flamengos, pelo Cônego João Vaz Ferreira, com Provisão de 12 de setembro de 1764, tôdas na freguesia de São Gonçalo; São Sebastião, em Itaipu, em 1716; N. S. do Bonsucesso, em Piratininga, por Alberto Gago da Câmara; N. S. da Assunção, em 1734; N. S. da Conceição, em Itaocaia; N. S. da Penha, na barra de Piratininga, por José Viegas Lisboa, com Provisão de 4 de outubro de 1745, tôdas na freguesia de São Sebastião de Itapuig.

*

No século XVIII o progresso econômico atingiria proporções maiores e, ao lado das fazendas, não poucos eram os engenhos de açúcar e aguardente, da mesma forma que prosperavam as lavouras de cereais, mandioca, legumes e frutas.

O comércio desenvolvia-se na mesma proporção das atividades agrícolas e as dezenas de barcos de transporte de gêneros e passageiros davam maior movimento ao litoral, em constante intercâmbio com outros portos das diversas freguesias e igualmente com os da cidade do Rio de Janeiro. Consolidavam-se assim, nos fins do século XVIII, as possibilidades de progresso das freguesias, que eram já habitadas por milhares de paroquianos — livres e escravos.

Possuíam já as de: “São Gonçalo, São João de Carai e São Sebastião de Itapuig, constituindo um único distrito, segundo o relatório apresentado pelo mestre-de-campo-auxiliar — Jorge de Lemos Parady “na conformidade das ordens do Ilmo. e Exmo. Senhor Marquez de Lavradio”, em janeiro de 1799:

“3 vigarios colados
1 coadjutor
3 sacristaens
1 309 fogos
3 engenhos d’agoa ardente
28 engenhos de assucar”

com a produção de:

“623 caixas de assucar
451 pipas d’agoa ardente”

Os mantimentos produzidos em um ano constariam de:

13 800	alqueires	de	farinha
2 800	"	"	feijão
2 161	"	"	milho
1 150	"	"	arroz

As embarcações, lanchas e saveiros, pertencentes aos diversos proprietários de terras e comerciantes, localizados na "ensiada ou saco da Boa Viagem" e nos portos de: "São Domingos, Praya Grande, Mata-porcos, Maruy, Valla, Barreto, S. Gonçalo, Porto Velho, Porto Novo, Boaçu, Luz e Guaxindiba", eram em número de 71.

Completem o relatório estas preciosas e não menos pitorescas informações: "Neste Destrito ha hua Aldea de Indios, com a invocação de S. Lourenço, com um vigr.^o encomendado — Não contem V.^a algúa, ou Arrayal, nem fabricas de madeiras, nem terras por cultivar."

*

Tôdas essas freguesias estariam sujeitas à mesma administração, quando D. João VI resolveu emancipar a Vila Real da Praia Grande.

O século XIX, com a vinda de D. João VI para o Brasil, marcaria o apogeu do progresso das freguesias do Recôncavo e particularmente a de São João de Icarai.

Não tardou muito que o Príncipe tivesse as atenções voltadas para a "banda d'alem". São Domingos foi o sítio preferido para os prolongados ócios das tarefas governamentais. A privilegiada situação dêsse recanto pitoresco, nas vizinhanças da Metrópole, conquistaria essa preferência.

Tornou-se famoso, nesses sítios, o dia 13 de maio de 1816, quando D. João resolveu passar a data do seu natalício em São Domingos.

A população da Praia Grande alvoroçou-se com a presença da "Nobreza" e as demonstrações militares, em que tomava parte tôda a tropa aquartelada nas imediações, principalmente a "Divisão de Voluntários Reais". Não faltariam a essas solenidades, pela vez primeira verificadas nessas plagas, a presença do Corpo Diplomático, "dos Príncipes D. Pedro e Infante D. Miguel, da Rainha Nossa Senhora e das Princezas Suas Augustas Filhas". As crônicas da época salientaram "o espectáculo, que apresentava o Campo de S. Helena, no dia 13 do corrente (Maio de 1816), era unico e tocante: o espectador extasiado imaginava ver alli o Throno do primeiro Affonso, o Altar do Hymeneo, e os namorados Campos de Albuera, Victoria e Orthez; e a simplicidade do ornato, ao mesmo tempo que quadrava com a natureza do local, dava realce á magestade do cerimonial".

*

A criação da Vila Real da Praia Grande seria conseqüência lógica dessas demonstrações de carinho e solidariedade de tôda uma população a El-Rei.

O processo seria longo e as demarches prolongar-se-iam por alguns anos.

Desde a representação do Ouvidor do Rio de Janeiro, Dr. Manuel Pedro Gomes, em 26 de janeiro de 1817, até o Alvará Régio de 10 de maio de 1819, e conseqüente instalação da Vila Real, prolongaram-se também as manifestações de simpatia pela causa da emancipação.

A 11 de agosto de 1819 realizava-se a solene instalação, com as demonstrações máximas de regozijo da população agradecida. Uma nova era de progresso também seria iniciada para toda a região, assim distinguida pela generosidade real.

Os festejos multiplicaram-se, desde o solene *Te-Deum* às maiores demonstrações de júbilo do povo.

*

Foi feliz a Vila Real da Praia Grande com o seu primeiro govêrno.

Traçado o plano de urbanização das terras das freguesias de São Lourenço e São João, foi, segundo documentação preciosa, o mesmo de autoria de José Clemente Pereira — o primeiro Juiz-de-fora nomeado.

Quando deixou o cargo, em 1821, a vila já possuía 747 habitações e 5 015 habitantes, sendo 2 771 escravos e 2 244 livres. A receita da Câmara foi, nesse ano, de 2:164\$715 e a despesa de 2:022\$365.

Ainda em 1821, José Clemente Pereira transmitiu o honroso cargo ao seu substituto, o Dr. Antônio José de Siqueira e Silva, depois de haver prestado os mais relevantes serviços à nova comuna, conquistando a estima e gratidão da população.

*

Os acontecimentos relacionados com a nossa independência política, antes e depois, deviam refletir, com intensidade, na Vila Real da Praia Grande. Nas freguesias próximas, incorporadas ao patrimônio comum, pelo Alvará de 10 de maio de 1819, esses fatos e os relativos às lutas com os franceses, no começo do século XVIII, tiveram também a mesma repercussão.

Não foi das menos práticas e eficientes a cooperação das tropas enviadas pelas freguesias da "banda d'além" para dar combate aos franceses no Rio de Janeiro, por ocasião das invasões dos contingentes comandados por Duguay-Trouin e Duclerc, em 1710 e 1711. As últimas pugnas, no centro urbano, tiveram a colaboração preciosa, oportuna e decisiva, dos milicianos de diversas zonas dessas freguesias de aquém Guanabara; em combate travado nas proximidades do cais Pharoux, quando entrincheirados os intrusos no trapiche de Luiz Mota Leite, lutando contra as tropas de Duclerc, perdeu a vida o Capitão de Cavalaria Antônio Dutra da Silva, que comandava os milicianos de São Gonçalo e outras regiões, os defensores do referido reduto.

Antes ainda da data magna de 7 de setembro, não menos ativas e destemidas mostraram-se as milícias da Praia Grande. Revoltadas as tropas do general Avilez, aquarteladas na Armação, esses rebeldes tiveram a repulsa dos

milicianos e do próprio povo. Os revoltosos foram obrigados a pedir clemência a Pedro I, apressando assim o embarque, para Portugal, quando é certo que pretendiam entrincheirar-se na fortaleza de Santa Cruz, para resistirem às colunas emancipadoras, como após as solenes declarações do Príncipe Regente de permanecer no país.

Foram desse gênero e desses méritos as contribuições para os mais destacados movimentos em favor da nossa autonomia e da Independência, não faltando o pronunciamento da Câmara, dos milicianos e do povo da Praia Grande.

*

Continuou prosperando a vila criada por D. João VI, desempenhando, permanentemente, missões preponderantes em tôdas as situações críticas para a nacionalidade, embora dependentes do Governo da Metrópole, tal qual acontecia às demais circunscrições da Província do Rio de Janeiro, de acôrdo com a Constituição em vigor.

O "Ato Adicional", de 12 de agosto de 1834, deveria criar uma situação excepcional para os anseios de progresso da Vila Real.

Alcançada a verdadeira autonomia da Província do Rio, pela emancipação do Município Neutro, com administração autônoma, foi eleita a primeira Assembléia Provincial e os deputados convocados pelo presidente — Joaquim José Rodrigues Tôrres, futuro visconde de Itaboraí, para reunirem-se na Vila Real da Praia Grande.

Dessa primeira Assembléia faziam parte as personalidades de maior relevo no cenário político nacional e que mais intensamente haviam colaborado para a emancipação política.

Entre outros desses vultos eminentes, basta citar os nomes, aureolados pela glória, de Evaristo da Veiga, Gonçalves Ledo, José Clemente Pereira, Francisco das Chagas Werneck, Caldas Viana, Paulino José Soares de Sousa (o futuro visconde de Uruguai), que, em colaboração com o Presidente Joaquim José Rodrigues Tôrres (visconde de Itaboraí), deviam dar organização definitiva à administração da Província do Rio de Janeiro.

Das primeiras leis votadas seria a localização da capital da Província. A escolha recairia ainda na mesma vila, sede provisória e que foi elevada à categoria de cidade pela Lei n.º 6, de 28 de março de 1835, com a consagração do topônimo Niterói.

Ao lado de outras sábias e patrióticas iniciativas, desse período áureo da administração da Província, deve ser salientada, como medida de alto descortino político, — a criação da Escola Normal de Niterói — a primeira do Brasil e das Américas.

Iniciava-se para a nova cidade, assim distinguida pelo poder público, das mais ativas atuações no cenário político-administrativo da Província e do Império.

O progresso, embora lento, dominaria todos os setores das múltiplas atividades de uma população culta e laboriosa.

Centro culto dos de maior importância no Império, não foi das menores a contribuição nos demais acontecimentos do país.

Para a presidência da Província do Rio, considerada uma das pastas dos Ministérios, seriam sempre escolhidos os mais experimentados estadistas, com destacada posição nos partidos Liberal e Conservador. Desde o Visconde de Itaboraí, em 1834, até o Visconde de Ouro Preto, em 1889, ocuparam esse elevado posto os mais eminentes vultos da política nacional, entre os que mais se salientavam na administração da coisa pública em terras do Império do Brasil.

Tal a importância de Niterói, em função desses múltiplos privilégios, que foi concedida, em 22 de agosto de 1841, à capital fluminense o honroso título de "Imperial Cidade".

*

Essas prerrogativas, assim elevadas e preponderantes, na política do Império, sempre sob o palio protetor do poder moderador, representado por D. Pedro II, não impediriam que muitas outras reivindicações empolgassem as elites da terra niteróiense.

A Cidade Imperial, capital da Província do Rio de Janeiro, seria também um foco de agitações em torno dos movimentos — abolicionista e republicano.

Foi o quartel-general da mocidade fluminense empenhada nas pugnas pela proclamação e consolidação da República. Alguns dos seus filhos ilustres, entre eles — Benjamin Constant e Miguel Lemos, foram reformadores e pensadores do mais alto descortino e de grande predomínio nos meios culturais do país. Outros valores intelectuais colaborariam no próprio meio, nos Clubes Republicanos, nas redações, nas cátedras e nas praças públicas; entre os últimos bastaria citar os agitadores, pensadores e intimoratos propagandistas vindos de Capivari (atual Silva Jardim) e Itaboraí — Silva Jardim e Alberto Torres.

Por essas mesmas razões, a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, não surpreendeu o povo de Niterói, que, na mesma data, em festas e passeatas cívicas, com a contribuição valiosa e dominadora desses e de outros líderes, pioneiros do movimento republicano vitorioso, consagrou-se publicamente à nova forma de governo, implantada sem lutas fratricidas em terras do Brasil.

*

Consequência, ou não, desses fatos, que seriam resultantes da implantação do regime republicano, não foram dos melhores os dias que se sucederam à mudança de governo na terra fluminense, com reflexo na capital do Estado do Rio de Janeiro.

A Província do Rio havia conquistado posição de máxima projeção entre as demais que integravam o Império do Brasil. O poderio econômico, fruto do trabalho dos fluminenses e principalmente do braço escravo, até maio de 1888, somente encontrava paralelo no relevo e prestígio maiores dos mais

eminentes estadistas e políticos do Império, fluminenses de nascimento ou com influência direta na política da Província, entre outros — Itaboraí, Sepetiba, Uruguai.

A nova orientação política dos detentores do poder, nos primórdios das administrações republicanas, aliadas a fatores múltiplos oriundos da mudança do regime, culminaria nas desordens e verdadeira revolta em diversos Municípios; originavam-se essas da cisão entre os políticos da propaganda e os que, no Governo do Estado, tudo fariam para desalojá-los das posições de mando, nas circunscrições em que tornaram vitorioso o mesmo credo político.

Na capital do Estado reuniram-se, no curto espaço de dois anos, dois Congressos Constituintes — Senado e Câmara, em 1891, e Assembléia Fluminense Constituinte, em 1892, consequência esta última da deposição do primeiro governador nomeado pelo general Deodoro da Fonseca — o Sr. Francisco Portela.

*

O Município de Niterói, ainda conservando, até 1890, toda a vastidão territorial das quatro primitivas freguesias, transformadas já em outros tantos distritos ricos, populosos e prósperos, sofreria o mais rude dos golpes, quando, pelo Decreto de 22 de setembro de 1890, foram separadas as freguesias de São Gonçalo, N. S. da Conceição de Cordeiros e São Sebastião de Itaipu, para constituírem o novo Município de São Gonçalo.

Não bastaria essa mutação brusca, reduzindo a área municipal de Niterói para apenas 83,86 quilômetros quadrados, para reduzir de muito a pujança da circunscrição-sede do Governo estadual.

Embora as novas modificações impostas, quer pelo Governo provisório do Almirante Baltasar da Silveira, quer as sugeridas pelo presidente eleito, o Dr. José Tomás Porciúncula, à Assembléia Legislativa, resultou finalmente vitoriosa a mutilação territorial para maior esplendor do novo Município recém-criado.

*

Ainda não seriam essas as consequências máximas para a terra niteroiense, em face dos novos movimentos que agitavam o mesmo e convulsionavam o país, em muitos dos Estados, refletindo desastrosamente na Capital.

Niterói seria levada ainda a muitos outros sacrifícios, da mesma forma que conquistaria outras tantas glórias, das quais a maior não foi certamente a de ser considerada — “Cidade Invicta”; essa honraria seria ainda resultante do heroísmo dos seus filhos e não menor das autoridades constituídas e comandantes militares, todos integrados nas mesmas aspirações de consolidar a República e defender o patrimônio sagrado, legado pelos propagandistas e pelos que plasmaram como heróis de outras tantas vitórias a nacionalidade brasileira.

A revolta de 1893, com os múltiplos malefícios para a República e para a própria Nação, ainda combatida, teria reflexos os mais desastrosos para a cidade de Niterói. Monumentos foram destruídos, bairros sacrificados, aos

milhares os mortos e feridos entre os defensores e as famílias indefesas, êxodo em massa da população para as zonas rurais e cidades próximas, lares desfeitos, ruínas, dores, sangue, lágrimas e desolação por tôda a parte; ao troar dos canhões e aos choques das armas na faixa litorânea e no centro urbano — enfim, as consequências funestíssimas da guerra civil na cidade indefesa, sòmente contando com o heroísmo de seus filhos e a fibra do mais puro civismo dos batalhões patrióticos e dos seus comandantes, de que representa o maior padrão de glórias o grande defensor da “Cidade Invicta” — o general Fonseca Ramos.

Essa página mais brilhante da história de Niterói, quando todo país sofria os horrores da revolução de 1893, com os mais danosos efeitos para o prestígio do Brasil e mui particularmente para o progresso do Estado do Rio de Janeiro e sua Capital.

*

O povo niteroiense continuaria a resistir e a dar as mais concludentes provas de civismo e heroísmo, mas o govêrno constituído, na defesa das prerrogativas da administração, reservaria o direito de resguardar-se dessas desastrosas consequências da luta entre irmãos, em plena Capital do Estado.

Não vingou, de início, é certo, o ato do primeiro governador republicano, transferindo a capital para a cidade recém-criada de Teresópolis; a Assembléia Legislativa foi, entretanto, convocada extraordinariamente, em janeiro de 1893, para tratar da mudança da capital.

Os debates prolongaram-se e múltiplas foram as sugestões e também os projetos e emendas, relativos todos a essa mudança, considerada urgente e indispensável, em face das últimas lutas, de que a maior vítima teria sido a cidade de Niterói.

Mais uma vez pleiteavam a primazia as cidades de — Petrópolis, Campos, Teresópolis, Vassouras e Nova Friburgo, através das propostas fundamentadas dos seus legítimos representantes.

Não foram poucos também os que, apesar das razões de Estado e a premissa de tempo, ainda julgavam possível e admissível a permanência em Niterói.

Foi finalmente vitoriosa, em outra reunião, a transferência imediata para a cidade de Petrópolis, verificada, após a resolução legislativa, a princípio em caráter provisório, em 30 de janeiro de 1894, e, mais tarde, em definitivo, em 1.º de outubro do mesmo ano.

Profundas essas mutações sofridas pela posição da cidade, nesse curto período de trajetória acidentada, desde a proclamação da República.

Necessário seria tempo, e ainda maiores desvelos, para a reconstrução da cidade e o novo aparelhamento das suas forças econômicas, políticas e sociais, para novos empreendimentos compensadores desses prolongados sacrifícios.

Novas lutas políticas no Estado e ainda a crise econômica refletiriam poderosamente na fisionomia tristonha da cidade, despojada então da glória

maior de ser a sede do governo estadual. Não desanimariam, entretanto, os que acalentavam esperanças de um rápido ressurgimento, de um predomínio político, de uma transformação das mais completas e, finalmente, do retorno, em breve prazo, dessas mesmas honras de Capital do Estado.

Nos governos de Porciúncula (parte final), Maurício de Abreu e Alberto Torres, bem como em parte no triênio de Quintino Bocaiúva, o Estado do Rio de Janeiro teve como sede a cidade de Petrópolis.

*

Processava-se ativamente o movimento reivindicador.

As hostes dos que aspiravam à volta da capital para Niterói aumentavam e consolidavam-se.

Através das muitas mutações políticas, não difícil foi à Assembléia Legislativa, já sob a nova orientação imposta pela vitória política de Nilo Peçanha, eleito Presidente do Estado, em 1903, decidir pela transferência da Capital.

Por deliberação da Assembléia, de 4 de agosto de 1902, Niterói tornaria a merecer a tão ambicionada e disputada honraria de ser a sede do governo fluminense. A solene instalação realizar-se-ia em 20 de junho de 1903, com as máximas demonstrações de júbilo maior das autoridades e do povo.

*

Durante um longo período de quase um século de vida autônoma, desde 1819, embora com bases sólidas e grandes possibilidades, continuou morosamente, até a primeira década do século XX, o progresso da cidade.

Após a reinstalação da capital em Niterói, retomadas as condições normais de paz e de trabalho profícuo, foi que a "Cidade Invicta" voltou ao ritmo bem mais acelerado de progresso. Nas administrações dos prefeitos nomeados, principalmente Paulo Alves e Pereira Ferraz, nos governos Nilo Peçanha e Alfredo Baker, as transformações foram as mais completas, ampliando de muito o ótimo plano de urbanização de José Clemente Pereira, com a abertura das novas e amplas avenidas, reforma dos parques e embelezamento das praias.

Esse novo impulso para as conquistas relativas às modernas técnicas inovadoras, principalmente urbanísticas, influiria extraordinariamente para melhorar a fisionomia dos bairros antigos, já agora modernizados e apresentando novos aspectos. Esses melhoramentos atingiram ainda mais elevado *climax* nos governos dos prefeitos Feliciano Sodré, Vila Nova Machado e Otávio Carneiro, com a ampliação das obras de saneamento, calçamento e embelezamento, bem como criação de novos serviços a serem continuados por outras administrações que, mais ou menos intensivamente, vêm colaborando para esse mesmo progresso.

Não somente os melhoramentos urbanos influiriam para êsse desenvolvimento e êsse esplendor.

Concomitantemente, fatores econômicos os mais diversos cooperaram para êsse novo surto de progresso que atingiria ao máximo nos últimos anos. Inúmeras fábricas foram instaladas nas ilhas e nas zonas urbanas e suburbanas; o comércio desenvolveu-se, bem como as modernas comunicações rodoviárias, ferroviárias e marítimas foram bastante ampliadas e aperfeiçoadas; todo êsse conjunto, ao lado de outras condições de vida nova e ativa, pôde possibilitar a era de um estágio de grandeza em nossos dias.

*

Ainda no regime de reivindicações políticas, administrativas e territoriais, pela nova organização administrativa do Estado do Rio de Janeiro, a vigorar no quinquênio 1944-1948, foi possível a reincorporação do distrito de Itaipu ao Município de Niterói.

Ampliada assim a área do Município, foram aumentadas, igualmente, as possibilidades de desenvolvimento. As praias atlânticas, principalmente Itaipu, vêm sofrendo brusca e benéfica transformação, obedecendo a um plano de urbanização capaz de torná-las dos mais aprazíveis centros residenciais e de turismo, com o aproveitamento do magnífico potencial fornecido pela natureza. Praias e lagoas, em conjunto harmônico, oferecem os mais belos panoramas e possibilidades dignas dêsses cuidados.

*

Ainda não seria somente o evoluir das indústrias, do comércio e demais forças econômicas a influência maior para essa posição de reflexo de Niterói, em função do confronto com as mais importantes cidades brasileiras. Menos ainda tornou-se vanguardeira pelo esplendor da natureza ou pela proximidade da cidade do Rio de Janeiro.

Paralelamente ao progresso econômico e social, também o cultural, no sentido do desenvolvimento maior das letras, das artes e das ciências, desempenharia, como desempenhou, ação preponderante nessa evolução e para êsse apogeu; a cidade transformou-se, em algumas décadas dêste século, em um centro universitário de máxima importância, com a prosperidade do ensino primário, ensino secundário, ensino técnico-profissional, do ensino artístico e superior, representado êste último pelas Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia, de Belas Artes, de Medicina e de Filosofia.

As Academias de Letras, Sociedades Médicas, Bibliotecas, Museu Antônio Parreiras, Monumentos Históricos e Artísticos, Imprensa, ao lado de um número elevado de outras tantas associações científicas, artísticas, filantrópicas, profissionais, recreativas, integrando finalidades e aspirações da população, de mais de duzentos mil habitantes, conforme estimativa para 1945, colocam bem alto, no justo renome de um notável centro urbano, dos mais destacados e evoluídos, — a cidade de Niterói, capital do Estado do Rio de Janeiro.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Formação Administrativa: — Recebeu predicamento de freguesia por Alvará de 18 de janeiro de 1696. A vila foi criada por força do Alvará de 10 de maio de 1819, com sede na povoação de São Domingos da Praia Grande, e território desmembrado do termo da cidade do Rio de Janeiro, tendo recebido a denominação de Vila Real da Praia Grande. A sua instalação ocorreu no dia 11 de agosto de 1819.

A Vila Real da Praia Grande foi elevada à categoria de Capital por Lei provincial n.º 2, de 26 de março de 1835, tendo recebido, logo após, foros de cidade e a denominação de Niterói, em virtude da Lei provincial n.º 6, de março de 1835.

A criação do distrito foi confirmada pela Deliberação estadual de 15 de agosto de 1891 e pelo Decreto estadual n.º 1, de 8 de maio de 1892.

Niterói deixou de ser Capital do Estado por força das Leis estaduais ns. 50 e 89, respectivamente, de 30 de janeiro e 1 de outubro do ano de 1894, sendo restaurada, nessa categoria, por Lei estadual n.º 542, de 4 de agosto de 1902, tendo sido reinstalada em 20 de junho de 1903.

Segundo a divisão administrativa referente ao ano de 1911, o Município de Niterói se compõe de 6 distritos: Niterói, São Domingos, Icaraí, São Lourenço, Barreto e Jurujuba.

Na divisão administrativa do ano de 1933, o Município de Niterói aparece constituído de 6 distritos: os 5 primeiros, todos êles denominados de Niterói, e o sexto de Jurujuba.

De acordo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, o Município de Niterói constitui-se de 6 distritos: Niterói, Barretos, Icaraí, Jurujuba, São Domingos e São Lourenço.

No quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, o Município de Niterói figura com um único distrito: Niterói, subdividido em 2 zonas: 1.ª, compreendendo os 1.º, 4.º e 5.º antigos distritos; 2.ª, com os 2.º, 3.º e Jurujuba.

De acordo com o Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, que fixou o quadro territorial para vigorar no quinquênio 1939-1943, o Município de Niterói é composto de um único distrito: Niterói, com quatro zonas: 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 1056, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no quinquênio 1944-1948, o Município ficou composto de dois distritos: Niterói e Itaipu.

Formação Judiciária: — A Lei n.º 14, de 13 de abril de 1835, declara que a comarca de Niterói compreende os termos de Niterói e Magé.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, Niterói é o único termo judiciário da comarca de Niterói, assim permanecendo nos quadros referentes aos quinquênios 1939-1943 e

1944-1948, fixados, respectivamente, pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938 e Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943.

DISTRITOS COMPONENTES — 1945

1. Niterói

2. Itaipu

DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

Limites: Norte — com os Municípios de São Gonçalo e Maricá
Nordeste — com São Gonçalo e Maricá
Este — o Oceano Atlântico
Sul — a Baía de Guanabara e o Oceano Atlântico
Sudoeste — a Baía de Guanabara
Oeste — a Baía de Guanabara
Noroeste — o Município de São Gonçalo e a Baía de Guanabara.

O Município de Niterói está em situação privilegiada às margens do Atlântico e da Baía de Guanabara.

As praias litorâneas têm início em Itaipu-Açu, divisa com Maricá, no Atlântico, continuando até penetrarem na Guanabara e alcançarem as margens do rio Bomba, divisa com São Gonçalo.

No litoral Atlântico são observados os principais acidentes geográficos — o maciço de Itacoatiara, a praia de mesmo nome, a ponta de Itaipu, a praia e lagoa de Itaipu, as pontas “Morros” e “Pé de Boi”, a restinga e lagoa de Piratininga, a ponta da Galheta, a ponta Imbuí e a mais saliente, próxima à barra, a ponta de Fora.

No interior da baía, a partir da fortaleza de Santa Cruz, estão as enseadas de Jurujuba e Saco de São Francisco, as de Icaraí, Praia Grande, São Lourenço e Maruí, até encontrar a de Barreto, próximo à divisa com o Município de São Gonçalo.

*

As enseadas e as mais belas praias estão circundadas de montes, mais ou menos elevados, com os pontos culminantes nas divisas de Maricá e São Gonçalo.

Algumas várzeas, principalmente na orla atlântica, marginais das lagoas Itaipu e Itacoatiara, e ainda na zona de Jurujuba e outras das margens da Guanabara, contrastam com as regiões montanhosas que constituem o elemento predominante.

O saneamento de diversas destas zonas baixas transformou, por completo, alguma das mais pantanosas, de que constitui exemplo a enseada de São Lourenço, saneada pelo plano de urbanização e construção do cais do porto.

*

As maiores elevações podem ser constatadas na Serra Grande e na serra de Jurujuba, nos altos do Cantagalo, da Grota Funda e da Viração, respectivamente, com 407, 397 e 322 metros de altitude.

As principais serras são: Baldeador, Grande, Jurujuba e Pendotiba. Os principais morros, os de São Lourenço, Cavalão, Atalaia, Santo Inácio, Santana, Engenhoca, Maruí, Gragoatá, São Domingos, São Luiz, São Sebastião, São João ou do Hospital, da Conceição, do Castro, da Boa Vista, Santa Teresa, da Boa Viagem, Icaraí, da Pedra, da Detenção ou Caixa d'Água e da Armação, que alcançam altitudes entre 100 e 300 metros. Os morros são quase todos habitados e constituem prolongamento natural de alguns bairros.

Nas divisas com Maricá e São Gonçalo, a partir do Atlântico, são ainda notáveis, além dos maciços de Itacoatiara e Itaocia, as serras de Mato Grosso, Cala-Boca e Serrinha, ramificações da Serra de Inoã.

*

A Baía de Guanabara é o acidente geográfico culminante da hidrografia do Município, constituindo os limites do território, desde a barra, na fortaleza de Santa Cruz, até o rio Bomba, antigo Barreto.

Seguem-se as lagoas, situadas às margens do Atlântico, no distrito de Itaipu. São as lagoas de Itaipu e Piratininga, que se comunicam pelo canal de Camboatá.

Com o aumento constante do volume das águas, recebidas dos riachos Jacaré, Arrozal e João Gomes, este último o de maiores proporções, necessário se torna, algumas vezes, dragar as respectivas barras, contribuindo assim para baixar o nível dessas águas, dessecando as margens e ao mesmo tempo facilitando a entrada das múltiplas variedades de peixes.

Os principais rios, além dos citados, são: Vicência, Passarinhos, Bomba, Cubango, Icaraí, Cachoeira, Saco, Muriqui, Caramujos, Maria Paula e das Pedras, em maioria riachos de pouco volume d'água, alguns canalizados no centro urbano e todos tributários da Baía de Guanabara.

*

Algumas ilhas atlânticas estão na jurisdição de Niterói, entre elas — Pai, Mãe, Menina ou Filha, mas, em maioria, as ilhas integradas ao território municipal estão situadas na Baía de Guanabara, sendo as mais importantes — Carecas, Cardos, Boa Viagem, Conceição, Caximbau, Caju, Manuel João ou Cachorros, Mocanguê Grande, Mocanguê Pequeno, Viana, Santa Cruz e Paiol.

*

O revestimento florístico caracteriza-se pela relativa pobreza de espécimes vegetais de alto porte, devido principalmente ao desbravamento das matas para o desenvolvimento do centro urbano, da indústria extrativa e das culturas as mais variadas.

A vegetação ainda desenvolve-se nos vales e pelas altitudes, em capoeiras bastante ricas de variedades as mais diversas dos valores da nossa flora.

A região de Itaipu apresenta algumas matas de grande valor, particularmente ricas em madeiras de lei, exploradas para construção, carvão e lenha.

Merecem relêvo e especial referência as iniciativas de reflorestamento por eucaliptos e outras variedades, com que tem sido intensificada a silvicultura.

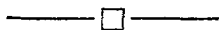
*

As riquezas vegetais estão na mesma proporção da fauna; esta não apresenta maior número de espécies, salvo a fauna marítima, que é das mais ricas, em virtude da abundância de peixes os mais variados, da mesma forma que abundam os crustáceos e moluscos.

Muitas espécies de aves ainda habitam as poucas matas e capoeiras, principalmente os pássaros canoros e muitos outros perseguidos pelos caçadores e bem pouco defendidos pelo cumprimento do "Código da Caça e Pesca".

BIBLIOGRAFIA

- 1) J. C. R. Milliet de Saint-Adolphe — "Dicionário Geográfico, Histórico e Descritivo do Império do Brasil" — 1845.
- 2) José de Souza Azevedo Pizarro e Araujo — "Memórias Históricas do Rio de Janeiro".
- 3) Max Fleiuss — "História da Cidade do Rio de Janeiro".
- 4) José Matoso Maia Forte — "Notas para a História de Niterói" — 1935.
- 5) Visconde de Porto Seguro — "História Geral do Brasil".
- 6) José Matoso Maia Forte — "O Estado do Rio de Janeiro" — 1945.
- 7) Antônio Figueira de Almeida — "História de Niterói" — 1935.
- 8) Clodomiro de Vasconcelos — "História do Estado do Rio de Janeiro" — 1928.
- 9) José Matoso Maia Forte — "O Município de Niterói" — 1941.
- 10) Luiz Palmier — "São Gonçalo Cinquentenário" — 1940.
- 11) Escragnolle Doria — "Terra Fluminense".
- 12) Desiderio de Oliveira — "Legislação sobre Municípios, Comarcas e Distritos" — 1926.
- 13) Julio Pompeu de Castro e Albuquerque — "Album de Niterói" — 1945.
- 14) Clodomiro de Vasconcelos — "Album do Estado do Rio de Janeiro" — 1922.
- 15) José Matoso Maia Forte — "Tradições de Niterói".
- 16) Anais ao IX Congresso Brasileiro de Geografia.
- 17) Anais da Assembléia Legislativa Fluminense.
- 18) Anais da Assembléia Provincial.
- 19) Hildebrando de Gois — "Saneamento da Baixada Fluminense".



II Parte

Alguns Resultados Estatísticos

1 9 4 5

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
PRODUÇÃO (1)			
PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
Culturas temporárias			
Área cultivada (ha).....	163	279 769	0,06
Valor da produção (Cr\$).....	(2) 232 935	428 941 389	0,05
Culturas permanentes			
Área cultivada (ha).....	612	91 850	0,67
Valor da produção (Cr\$).....	(3) 5 729 780	218 247 934	2,63
PRODUÇÃO DE CARNE			
Número de cabeças abatidas			
Bovinos.....	17 706	265 900	6,66
Suínos.....	2 140	121 938	1,75
Ovinos.....	120	4 754	2,52
Caprinos.....	420	12 864	3,26
Quantidade de carne produzida (kg)			
Bovinos.....	3 001 344	39 943 387	7,51
Suínos.....	49 144	2 830 490	1,74
Ovinos.....	2 295	72 069	3,18
Caprinos.....	4 368	128 969	3,39
Valor de carne produzida (Cr\$)			
Bovinos.....	7 518 112	168 150 679	4,47
Suínos.....	351 240	18 866 377	1,86
Ovinos.....	8 064	323 358	2,49
Caprinos.....	15 624	621 730	2,51
TRANSPORTES			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Veículos a motor.....	1 514	10 033	15,08
Veículos a força animada.....	2 434	25 383	9,60
TRANSPORTE FERROVIÁRIO (4)			
Estações.....	2	317	0,63
Paradas.....	—	174	—
Postos telegráficos.....	—	28	—
Estribos.....	—	24	—

(1) Consideradas somente as produções apuradas pelo Serviço de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura.—
Principalmente: Mandioca (Cr\$ 116 000); Abacaxi (Cr\$ 63 900); Batata doce (Cr\$ 32 400).—(3) Principalmente: Banana (Cr\$ 5 575 200).
—(4) Servido pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%

AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS

Agências postais.....	2	300	0,67
Agências postais-telegráficas.....	1	55	1,82
Outras agências.....	7	36	19,45

MELHORAMENTOS URBANOS DAS SEDES MUNICIPAIS (1)

Logradouros públicos.....	318	2 813	11,30
Dos quais iluminados a eletricidade.....	246	1 900	12,96
Iluminação domiciliária a eletricidade (ligações domiciliares).....	19 352	79 408	24,37
Abastecimento d'água (prédios abastecidos).....	18 238	61 338	29,71
Esgotos sanitários (prédios esgotados).....	14 505	35 078	41,37

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA (2)

Hospitais, casas de saúde, etc.			
Estabelecimentos.....	35	156	22,46
Leitos.....	805	5 794	13,89
Centros, postos de saúde, etc. (estabelecimentos).....	4	145	2,76

ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM

Unidades escolares.....	62	1 635	3,79
Corpo docente.....	573	3 851	14,88
Matrícula geral.....	18 216	162 267	11,22
Matrícula efetiva.....	15 430	138 560	11,13
Frequência.....	12 318	100 700	12,23
Aprovações em geral.....	7 001	51 330	13,63
Conclusões de curso.....	928	6 730	13,78

BIBLIOTECAS, PERIÓDICOS E DIVERSÕES (1)

Bibliotecas públicas e semipúblicas.....	21	82	25,60
Jornais e outros periódicos.....	22	90	24,46
Cinemas, teatros e cine-teatros.....	13	114	11,39

(1) Dados sujeitos a retificação. — (2) O quadro registra dados provisórios relativos a estabelecimentos civis e militares.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%

REPRESENTAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO (1)

Banco do Brasil.....	1	25	4,00
Caixa Econômica Federal.....	1	14	7,14
Caixa Econômica Estadual.....	—	—	—

FINANÇAS MUNICIPAIS (Cr\$)

RECEITA ORÇADA PARA 1945

ORDINÁRIA, TOTAL.....	14 820 000	70 806 088	20,94
Tributária, total.....	13 900 000	60 343 945	23,04
Total.....	9 790 000	45 780 670	21,37
Impostos { Predial.....	6 600 000	20 034 265	32,96
Indústrias e profissões.....	900 000	6 649 765	13,54
Outros.....	2 290 000	19 096 640	11,99
Taxas.....	4 110 000	14 563 275	28,22
Patrimonial.....	115 000	1 595 886	7,21
Industrial.....	—	5 800 307	—
Receitas diversas.....	805 000	3 065 950	26,25
EXTRAORDINÁRIA.....	11 480 000	19 408 612	59,18
TOTAL DA RECEITA.....	26 300 000	90 214 700	29,14

DESPESA FIXADA PARA 1945

Administração geral.....	1 027 600	7 006 490	14,68
Exação e fiscalização financeira.....	2 923 400	10 018 536	29,19
Segurança pública e assistência social.....	2 624 421	6 035 972	43,49
Educação pública.....	1 120 000	6 120 432	18,29
Saúde pública.....	4 792 960	8 634 064	55,54
Fomento.....	—	578 877	—
Serviços industriais.....	—	2 259 426	—
Dívida pública.....	3 112 560	13 117 174	23,73
Serviços de utilidade pública.....	9 495 820	30 447 554	31,20
Encargos diversos.....	1 203 239	5 996 175	20,08
TOTAL DA DESPESA.....	26 300 000	90 214 700	29,14

FONTES — Sistema Regional e Órgãos Federais de Estatística.

(1) Os dados referem-se apenas às representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais. As demais instituições bancárias não foram motivo de inquérito para esta Sinopse.

III Parte

Principais Resultados Censitários

I-IX-1940

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

A população da sede municipal representava 87,43% da população total do Município. A densidade demográfica do Município foi calculada em 1924, 42 habitantes por km².

I — CENSO DEMOGRÁFICO

1. População por distritos

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
	TOTAL	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
1. Niterói.....	142 407	124 507	17 900

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
TOTAL	142 407	1 847 857	7,71
Localização			
Urbana e suburbana.....	124 507	693 201	17,95
Rural.....	17 900	1 154 656	1,55
Sexo			
Homens.....	69 521	933 439	7,44
Mulheres.....	72 886	914 418	7,97
Idade			
De 0 a 6 anos.....	23 657	394 555	6,00
De 7 a 14 anos.....	25 024	401 155	6,24
De 15 a 19 anos.....	15 003	195 413	7,68
De 20 a 59 anos.....	71 664	778 475	9,21
De 60 e mais anos.....	6 792	76 629	8,86
De idade ignorada.....	267	1 630	16,39
Estado conjugal			
Solteiros.....	91 684	1 267 412	7,23
Casados.....	41 288	487 516	8,46
Separados, desquitados, divorciados.....	441	2 505	17,59
Viúvos.....	8 867	89 002	9,96
De estado conjugal não declarado.....	127	1 422	8,93

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

I — CENSO DEMOGRÁFICO

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
Nacionalidade			
Brasileiros natos.....	131 687	1 808 885	7,28
Brasileiros naturalizados.....	957	4 010	23,87
Estrangeiros.....	9 740	34 724	28,05
De nacionalidade não declarada.....	23	238	9,66
Instrução (1)			
Sabem ler e escrever.....	91 357	662 958	13,78
Não sabem ler nem escrever.....	32 638	885 969	3,68
De instrução não declarada.....	1 240	11 206	11,07
Religião			
Católicos romanos.....	128 371	1 712 733	7,49
De outras religiões.....	11 878	121 158	9,80
Sem religião.....	670	5 364	12,49
De religião não declarada.....	1 488	8 602	17,30
Atividades principais (2)			
Agricultura, pecuária, silvicultura.....	1 304	342 398	0,38
Indústrias extrativas.....	692	12 796	5,41
Indústrias de transformação.....	10 342	87 620	11,80
Comércio de mercadorias.....	7 420	36 683	20,24
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.....	1 019	2 196	46,40
Transportes e comunicações.....	5 798	34 171	16,97
Administração pública, justiça, ensino público...	5 304	18 919	28,04
Defesa nacional, segurança pública.....	3 012	8 837	34,08
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.....	1 468	5 506	26,66
Serviços, atividades sociais.....	7 367	42 889	17,17
Atividades domésticas, atividades escolares.....	52 786	560 881	9,41
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	12 985	145 226	8,95

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento:

(1) População de 5 anos e mais. — (2) População de 10 anos e mais.

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

II — CENSO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	Município	Estado	%
Estabelecimentos recenseados			
Número.....	50	48 389	0,10
Área (ha)			
Total	704	3 316 043	0,02
Cultivada.....	357	717 753	0,05
Em matas.....	134	645 883	0,02
Em pastagens.....	130	1 223 825	0,01
Outras (1).....	83	728 582	0,01
Valor total (Cr\$ 1 000) (2).....	1 644	1 268 128	0,13
Pessoal ocupado (permanente)	376	454 218	0,08
Valor da produção em 1939 (Cr\$ 1 000)			
Total	172	234 772	0,07
Agrícola.....	130	162 284	0,08
Extrativa.....	—	12 733	—
Animal e produtos animais.....	42	59 755	0,07
Gado recenseado (cabeças)			
Bovino.....	106	721 515	0,01
Equino.....	25	89 191	0,03
Asinino e muar.....	57	32 830	0,17
Suíno.....	137	324 057	0,04
Ovino.....	X	16 188	—
Caprino.....	X	44 790	—
Aves.....	1 496	2 463 423	0,06

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

O "X" simboliza o resultado omitido a fim de evitar individualização de informações. Os dados omitidos acham-se incluídos nos totais do Estado.

(1) Referem-se a terras improdutivas, e a terras inaproveitadas.— (2) Inclusive benfeitorias.

IV Parte

Estatísticas dos Municípios das Capitais

1944/1946

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS — 1944/1946

ESPECIFICAÇÃO	ANOS		
	1944	1945	1946
Registro Civil (1)			
Casamentos registrados.....	84	94	112
Óbitos registrados			
Total dos óbitos	246	220	215
Óbitos de menores de 1 ano.....	49	41	46
Estabelecimentos industriais e comerciais atacadistas inves- tigados pelos Inquéritos Econômicos do I. B. G. E. (1)			
Vendas realizadas durante os meses (Cr\$ 1 000)			
Estabelecimentos industriais.....	48 689	55 470	66 131
Estabelecimentos comerciais.....	22 879	25 867	37 322
Estabelecimentos industriais e comerciais.....	71 569	81 337	103 453
Valor dos estoques existentes no fim dos meses (Cr\$. . 1 000)			
Estabelecimentos industriais.....	24 027	30 387	24 170
Estabelecimentos comerciais.....	10 653	14 622	14 234
Estabelecimentos industriais e comerciais.....	34 680	45 009	38 404
Quantidade dos estoques declarados de alguns gêneros alimentícios no fim dos meses (kg)			
Açúcar.....	580 137	806 310	858 619
Arroz descascado.....	318 661	493 171	498 882
Banha.....	36 230	96 140	15 742
Batata.....	12 351	19 598	18 223
Carne seca.....	89 814	59 884	49 599
Cebola.....	14 780	16 317	33 426
Farinha de mandioca.....	307 057	428 009	207 167
Farinha de trigo.....	277 254	187 978	43 621
Feijão.....	195 247	356 946	286 246
Manteiga.....	491	5 126	10 493
Óleos e gorduras vegetais.....	41 816	37 440	17 430
Sal.....	1 569 705	2 034 888	1 616 106

(1) Médias mensais.

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS — 1944/1946

ESPECIFICAÇÃO	ANOS		
	1944	1945	1946
Preços médios de alguns gêneros alimentícios no comércio varejista (Cr\$)			
Açúcar (kg).....	2,00	2,30	2,65
Arroz (kg).....	2,96	4,43	3,59
Banha (kg).....	10,25	9,19	12,31
Batata (kg).....	2,48	3,17	3,28
Café em pó (kg).....	4,91	5,00	5,76
Carne verde (kg).....	3,35	5,90	6,67
Charque (kg).....	9,38	10,52	10,66
Farinha de mandioca (kg).....	1,63	1,55	1,79
Farinha de trigo (kg).....	2,45	2,58	5,34
Feijão.....	2,11	2,16	2,08
Leite (l).....	1,23	1,58	2,15
Manteiga (kg).....	16,32	20,83	24,33
Milho (kg).....	1,29	1,23	1,47
Ovos (dz).....	6,53	7,25	8,68
Pão (kg).....	2,29	2,80	5,32
Sal (kg).....	0,72	0,61	1,50
Toucinho (kg).....	9,21	9,25	(4) 11,99
Consumo total de energia elétrica — público e particular			
1 000 (kw) (1)	3 500	3 666	3 809
Títulos protestados (1)			
Número	29	33	39
Valor (Cr\$ 1 000).....	56	157	155
Arrecadação do imposto de renda (Cr\$ 1 000) (3).....	12 168	9 043	10 862
Arrecadação da receita municipal ordinária (Cr\$ 1 000 (1)	1 195	1 242	1 557

(1) Médias mensais. — (2) Anual. — (4) Em parte toucinho salgado.

ESTATÍSTICAS DOS MUNICÍPIOS DAS CAPITAIS — 1944/1946

ESPECIFICAÇÃO	ANOS		
	1944	1945	1946
Consumo particular de energia elétrica como força motriz (1 000 kw) (1)	2 298	2 225	2 294
Valor das vendas mercantis (Cr\$ 1 000) (1).....	76 989	94 049	113 971
Construções civis licenciadas (Áreas em m2) (1)			
Número.....	21	36	46
Área coberta.....	...	3 269	6 124
Área de piso.....	...	6 056	8 713
Número de passageiros transportados em tráfego urbano e suburbano (milhares) (1)			
Carris-urbanos.....	4 758	3 973	3 643
Auto-ônibus.....	1 066	1 145	1 583
Total	5 824	5 118	5 226
Inscrições de hipotecas convencionais (valores em Cr\$... 1 000) (1) ..			
Número.....	26	35	52
Valor.....	1 540	2 352	5 630
Transcrições de transmissões de imóveis por compra e venda (valores em Cr\$ 1 000) (1)			
Número.....	115	145	137
Valor.....	4 294	7 756	7 695
Movimento bancário (Cr\$ 1 000) (2)			
Empréstimos.....	158 603	173 340	(3) 289 405
Depósitos em conta de movimento.....	86 944	90 825	(3) 168 829
Depósitos limitados e populares.....	34 972	55 543	(3) 74 318
Depósitos a prazo.....	84 438	67 953	(3) 104 007

(1) Médias mensais. — (2) Efetivos no fim dos períodos indicados. — (3) Exclusive o Banco da Lavoura de Minas Gerais.